

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº:	12.759/23
Rubrica	Fls: 02

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: ff3c392e-76e8-4fde-8e04-acd83634afb9

Protocolo: **Processo Requerimento Nº 017759/2023**

Data: 05/07/2023 14:40:05

Origem: **WORLD CAR DIESEL AUTOPECAS LTDA - EPP**  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*Contato: **WORLD CAR DIESEL AUTOPECAS LTDA - EPP**  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*Protocolador: **MATEUS DE CASTRO**Assunto: **RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS**Detalhamento: **RECURSO****HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 05/07/2023 14:40:28	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA CIDADE DE NOVA FRIBURGO/RJ

vem respeitosamente por sua advogada constituída, interpor, pelas razões de fato e de direito.

RECURSO ADMINISTRATIVO DA DECISÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2023

#### I – DOS FATOS

Trata-se de pregão eletrônico ocorrido na cidade de Nova Friburgo na data 21/06/2023, cujo objeto era CONTRATAÇÃO VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADAS(S) EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS COM SUBSTITUIÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NOVOS, COM AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAQUELES PRODUZIDOS PELOS FABRICANTES (ORIGINAIS OU GENUÍNOS), PARA VEÍCULOS DE PORTE LEVE, MÉDIO, PESADO E MÁQUINAS/TRATORES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES ATRAVÉS DO MAIOR DESCONTO POR GRUPO DE ACORDO COM A DEMANDA, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO. A empresa World Car Diesel foi vencedora nos grupos 01 e 03, tendo em seguida sido desabilitada.

Pois bem, por inconformismo da presente decisão, se faz necessário o presente recurso.

#### II – DO DIREITO

##### II.I – DOS PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

O Direito Administrativo é um ramo particularmente repleto de princípios, pois a proteção dos interesses da coletividade deve estar sempre norteando as atitudes da administração, em geral, e do administrador, em particular.

Segundo o dicionário, princípio é o “momento em que alguma coisa tem origem; causa primária; teoria; preceito”. (Hidelbrando de Lima, 1971)

A Constituição Brasileira consagrou alguns princípios norteadores da administração pública quando, em seu art. 37, caput, assim dispõe:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Além disso, o art. 3º da Lei 8.666/93, que regula as licitações e contratos administrativos, traz uma gama de princípios a serem seguidos pela Administração na consecução da probidade administrativa, sendo considerado o dispositivo de maior destaque na Lei. *Ipsi Literis*:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

Para Maria Sílvia Zannella Di Pietro o processo licitatório se origina do princípio da indisponibilidade do interesse público:

“A própria licitação constitui um princípio a que se vincula a Administração Pública. Ela é decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público e que se constitui em uma restrição à liberdade administrativa na escolha do contratante; a Administração terá que escolher aquele cuja proposta melhor atenda ao interesse público.” (Di Pietro, 1999, p.294) Abaixo será demonstrado alguns princípios que estão sendo violados neste processo licitatório.

##### II.II – DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

Previsto de forma explícita na Constituição Federal, em seu art. 37, este Princípio da Licitação Pública prevê que os atos administrativos tenham visibilidade para que se possa viabilizar o exercício pleno do controle administrativo por parte da sociedade.

Pois bem, importante frisar que o edital de licitação precisa ser claro e objetivo, em suas informações, o que não ocorreu no pregão 128/2023. O presente edital não apresenta nenhuma cláusula a respeito de subcontratação ou distância. Tais requisitos foram elencados apenas no termo de referência.

A empresa World Car Diesel Autopeças LTDA - EPP, participou do pregão em comento, no dia e horário previstos em edital, uma vez que no edital não continha a OBRIGATORIEDADE de se apresentar oficina mecânica no credenciamento.

A empresa já estava providenciando a subcontratação de oficina com todas as especificações contidas em edital e apresentaria no momento oportuno, ou seja, APÓS TORNAR-SE VENCEDORA DO PREGÃO.

A condição DISTÂNCIA restringe o caráter competitivo do certame, uma vez que limita a quantidade de participantes no certame, pois, só poderão participar e se tornarem vencedoras empresas locais e, serão sempre

as mesmas empresas fornecedoras, o que pode ser inclusive ser considerado vantagem para esta empresa. Fis: 04

O princípio da IGUALDADE, está implícito ao princípio da competitividade, já que assegura igualdade de direitos a todos os interessados em contratar, todavia, a aglutinação do fornecimento de peças concomitante com a restrição de localidade, impede fornecedores de peças de participarem.

Conclui-se, portanto que o edital deixou lacunas, o que prejudica a clareza do certame.

### III. DO PEDIDO

Diante o exposto, requer:

- 1) O deferimento do presente recurso, por ser medida de justiça.
- 2) A reforma da decisão do sr. Pregoeiro, de modo que seja desconsiderado o resultado, por ter sido indevida a desclassificação da empresa World Car Diesel Autopeças LTDA-EPP.
- 3) Caso o douto Pregoeiro, entenda por manter a presente decisão, requer com fulcro no artigo 90 da Lei 10.520/2002 c/c artigo 109, 4º da Lei 8.666/93 e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes termos, pede deferimento.

João Monlevade, 04 de julho de 2023

Fechar









# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº: 17759/23  
Rubrica: *lp* Fis: 06

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/288.505-0	MGP2200378083	08/06/2022

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213172416 em 09/06/2022 da Empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, Nire 31213172416 e protocolo 222885050 - 08/06/2022. Autenticação: 77A21620394866D6A7E7C7AB7C539D71EE676AC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/288.505-0 e o código de segurança PZUW Esta cópia autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

*Marinely de Paula Bomfim*  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2

**ALTERAÇÃO CONTRATO WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS EIRELI**  
**CNPJ: 32.694.496/0001-37**

**EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA**, nacionalidade Brasileira, Empresario, Solteiro, data de nascimento 06/07/1995, nº do CPF 130.395.116-96, documento de identidade 20571431, SSP, MG, com domicílio / residência a Rua Negrão de Lima 74, bairro Alvorada, Joao Monlevade, MG, CEP 35.930-030, Titular da empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS EIRELI, NIRE 31600852313, CNPJ 32.694.496/0001-37, com sede e domicílio na RUA NEGRAO DE LIMA, número 74, bairro / distrito ALVORADA, município JOAO MONLEVADE - MINAS GERAIS, CEP 35.930-030, resolve alterar seu Ato Constitutivo na forma como se segue:

**CLAUSULA 1ª**

O objeto social será Comercio varejista de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores, Comercio Atacado e varejo de peças e acessórios para Motocicletas, Lubrificantes e câmaras de ar e pneumáticos, Comercio de máquinas e equipamentos para terraplenagem, Mineração e construção: partes e peças, Prestação de serviços de manutenção Mecânica e elétrica em veículos automotores, Motocicletas e Motonetas, Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores, manutenção e reparação de tratores agrícolas e não agrícolas, serviços de lavagem e polimento em veículos automotores, alinhamento e balanceamento, reforma de pneumáticos usados, borracharia e capotaria, instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores. Serviços de reboque e locação de veículos sem condutor.

**CLAUSULA 2ª**

O Nome empresarial será **WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA** e sua sede será na rua Negrão de Lima 74, bairro Alvorada, Joao Monlevade, MG, CEP 35.930-030 e o nome de fantasia será **WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS**.

**CLAUSULA 3ª**

O capital social é R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil), quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídos.

Nome	quotas	Valor R\$ 200.000,00
Eurico Bicalho Mateus Caldeira (duzentos mil reais)	200.000,00	

**CLAUSULA 4ª**

A administração da sociedade caberá ao sócio **Eurico Bicalho Mateus Caldeira**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor do quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.





## CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

### CLÁUSULA 1ª

O Tipo jurídico da empresa será Empresa de Responsabilidade Limitada, e o nome empresarial será **WORLD CAR DIESEL AUTO PEÇAS LTDA** e sua sede será na rua Negrão de Lima 74, bairro Alvorada, Joao Monlevade, MG, CEP 35.930-030 e o nome de fantasia será **WORLD CAR DIESEL AUTO PEÇAS**.

### CLAUSULA 2ª

O capital social é R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil), quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídos.

Nome	quotas	Valor
Eurico Bicalho Mateus Caldeira (duzentos mil reais)	200.000,00	R\$ 200.000,00

### CLAUSULA 3ª

O objeto social será Comercio varejista de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores, Comercio Atacado e varejo de peças e acessórios para Motocicletas, Lubrificantes e câmaras de ar e pneumáticos, Comercio de máquinas e equipamentos para terraplenagem, Mineração e construção: partes e peças, Prestação de serviços de manutenção Mecânica e elétrica em veículos automotores, Motocicletas e Motonetas, Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores, manutenção e reparação de tratores agrícolas e não agrícolas, serviços de lavagem e polimento em veículos automotores, alinhamento e balanceamento, reforma de pneumáticos usados, borracharia e capotaria, instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores. Serviços de reboque e locação de veículos sem condutor.

### CLAUSULA 4ª

A empresa iniciou suas atividades em 07 de fevereiro de 2019 e seu prazo de duração será indeterminado.

### CLAUSULA 5ª

A administração da sociedade caberá ao sócio **Eurico Bicalho Mateus Caldeira**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor do quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

### CLAUSULA 6ª

Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.



**CLAUSULA 7ª**

A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLAUSULA 8ª**

O sócio poderá, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLAUSULA 9ª**

O sócio declara, sob as penas da lei, que não participa de qualquer outra empresa individual de responsabilidade limitada. (IN 38 do DREI)

**CLAUSULA 10ª**

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLAUSULA 11ª**

Os signatários do presente ato declaram que o movimento da receita bruta anual da empresa excedeu os limites da receita bruta anual fixados pelo inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, desenquadrando-se como Microempresa e reenquadrando-se como Empresa de Pequeno Porte.

**CLAUSULA 12ª**

Fica eleito o foro da comarca de João Monlevade, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

João Monlevade, 08 de junho de 2022. ✓

\_\_\_\_\_  
Eurico Bicalho Mateus Caldeira



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213172416 em 09/06/2022 da Empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, Nire 31213172416 e protocolo 222885050 - 08/06/2022. Autenticação: 77A21620394866D6A7E7C7AB7C539D71EE676AC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/288.505-0 e o código de segurança PZUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/10





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº: 17759/23  
Rubrica: 10

Documento Principal

## Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/288.505-0	MGP2200378083	08/06/2022

## Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213172416 em 09/06/2022 da Empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, Nire 31213172416 e protocolo 222885050 - 08/06/2022. Autenticação: 77A21620394866D6A7E7C7AB7C539D71EE676AC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/288.505-0 e o código de segurança PZUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM

pág. 6/10

**ATO 307**

**REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE**

☐ Empresário

☐ Empresa Individual de Responsabilidade Ltda

☒ Sociedade Empresária

Ilmº Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

O empresário / O titular / Os sócios, EURICO BICVALHO MATEUS CALDEIRA da empresa **WORLD CAR DIESEL AUTO PEÇAS LTDA**, com sede à Rua Negrão de Lima 74, bairro Alvorada, João Monlevade, MG, CEP 35.930-030, Estado de Minas Gerais, inscrita na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31600852313, em 14/10/2019 e no CNPJ/MF sob o nº 32.694.496/0001-37 vem no prazo legal de 30 (trinta) dias, comunicar que excedeu os limites da receita bruta anual fixados pelo inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, desenquadrando-se como Microempresa e reenquadrando-se como Empresa de Pequeno Porte e declarar que adotará o nome empresarial de **WORLD CAR DIESEL AUTO PEÇAS LTDA**.

Local e data: João Monlevade, 08 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_  
Eurico Bicalho Mateus Caldeira



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213172416 em 09/06/2022 da Empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, Nire 31213172416 e protocolo 222885050 - 08/06/2022. Autenticação: 77A21620394866D6A7E7C7AB7C539D71EE676AC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/288.505-0 e o código de segurança PZUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/10





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº:	17759/23
Rubrica	Fls: 12

Anexo

## Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/288.505-0	MGP2200378083	08/06/2022

## Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213172416 em 09/06/2022 da Empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, Nire 31213172416 e protocolo 222885050 - 08/06/2022. Autenticação: 77A21620394866D6A7E7C7AB7C539D71EE676AC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/288.505-0 e o código de segurança PZUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MAXIMILIANO DE SAUS ALBUQUERQUE

pág. 8/10



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, de NIRE 3121317241-6 e protocolado sob o número 22/288.505-0 em 08/06/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31213172416, em 09/06/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Wilson Luiz de Freitas Dias.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA

Belo Horizonte, quinta-feira, 09 de junho de 2022



Documento assinado eletronicamente por Wilson Luiz de Freitas Dias, Servidor(a) Público(a), em 09/06/2022, às 17:05 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 22/288.505-0.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº:	17759123
Publiza	6
Fls:	14

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 09 de junho de 2022




Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213172416 em 09/06/2022 da Empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, Nire 31213172416 e protocolo 222885050 - 08/06/2022. Autenticação: 77A21620394866D6A7E7C7AB7C539D71EE676AC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/288.505-0 e o código de segurança PZUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


# CNH Digital


Departamento Nacional de Trânsito

Processo Nº: 14159/23  
Rubrica: 6 Fls: 15



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO





NOME

EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA

DOC IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF

MG/20571431 SSP MG

CPF

130.395.116-96

DATA NASCIMENTO

06/07/1995

FILIAÇÃO

ROMULO SARTORI CALDEIRA

LÍRTIAS PRIETO MATEUS CALDEIRA

IRÃ

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB

B

Nº REGISTRO

06092047727

VALIDADE


29/08/2024

1ª HABILITAÇÃO

09/06/2014

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR



LOCAL

JOAO MONLEVADE, MG

DATA EMISSÃO

30/08/2019

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

44923546408

MG561439966

MINAS GERAIS

DENATRAN

CONTRAN

## QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO / DENATRAN**



## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

Ao

Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2023

Assunto: Contrarrazões do Recurso Administrativo

Prezado Senhor Pregoeiro:

Tendo em vista o recurso Administrativo interposto pela empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.116.488/0001-45, apresentamos nossas contrarrazões.

A empresa MS COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS INDUSTRIAIS E AUTOMOTIVOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 37.512.517/0001-70, estabelecida na AV COELHO DA ROCHA - Nº 2229 - ROCHA SOBRINHO - MESQUITA/RJ - RIO DE JANEIRO RJ - CEP: 26.572-480, por seu representante legal, Sr. Marcio Manuel de Souza Braz, Brasileiro, empresário, carteira de identidade nº 09.194.403-3 e do CPF nº 033.207.127-80, vem, respeitosamente e tempestivamente, apresentar suas contrarrazões ao inconsistente RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto pela empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA, conforme lhe faculta a Lei n.º 8.666/93 e o edital, nos seguintes termos.

#### 1. Considerações Iniciais

Ilustre Pregoeiro e Equipe Apoio do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, o respeitável julgamento das contrarrazões interpostas recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

#### 2. Do Direito Pleno ao Recurso Administrativo

A Contrarrazoante faz constar o seu pleno direito as Contrarrazões ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação.

A Contrarrazoante solicita que o Ilustre Pregoeiro e Equipe Apoio do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, conheça as Contrarrazões ao Recurso Administrativo e analise todos os fatos apontados, tomando para si a responsabilidade do julgamento.

Do Edital de Licitação:

##### 21. RECURSOS

21.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema ComprasNet SIASG, motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.

21.2 - Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

21.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

21.4 - Cabe ao pregoeiro verificar as condições de admissibilidade do recurso, no que tange à presença dos pressupostos recursais de tempestividade, legitimidade, sucumbência, motivação e interesse.

21.5 - Mantida a decisão recorrida pelo pregoeiro, o recurso será encaminhado à autoridade superior devidamente relatado.

21.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.7 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao titular da Secretaria de Infraestrutura e Logística do MNF-RJ, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro e parecer da Procuradoria Geral Municipal.

21.8 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria de Infraestrutura e Logística do MNF-RJ adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

Decreto nº 10.024/2019:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.



### 3. Dos Fatos

A empresa RECORRENTE encontra-se inabilitada nos grupos 1, 2, 3 e 4 em classificação anterior à esta CONTRARRAZOANTE, pois não se consagrou HABILITADA no referido certame, e vislumbrando unicamente a postergação do presente certame e atraso na contratação, manifestou sua intenção de recorrer da seguinte forma:

"Motivo Intenção: Nos termos do Art.4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520 e consoante ao Acórdão nº 339/2010-Plenário, manifestamos interesse em interpor recurso contra a nossa desclassificação e aos termos do edital. Demais motivos serão apresentados tempestivamente."

Na mesma data o Sr. Pregoeiro aceitou a intenção de interposição de recurso e estipulou o prazo para a sua fundamentação.

"Motivo Aceite ou Recusa: Em conformidade com o Decreto 5.450/05, art. 26, será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar a partir de amanhã conforme será informado no sistema. "

Dentro do prazo a RECORRENTE expôs, de forma completamente rasa e infundada suas razões recursais, no entanto, vale mencionar os motivos que levaram a sua inabilitação:

"Recusa da proposta. Fornecedor: FORTE AUTO CENTER LTDA, CNPJ/CPF: 47.358.343/0001-96, pelo melhor lance de 67,0000%. Motivo: Informo que em análise da proposta e habilitação das empresas não foi possível identificar o atendimento do Item 7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR. em especial ao tem: 7.6. Por esse motivo a habilitação foi recusada."

Inicialmente observamos o total despreparo da empresa RECORRENTE na participação deste certame onde ao cadastrar a proposta no sistema assinalou a declaração conforme o subitem 9.5.2. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência.

No instrumento convocatório, item 7.6 há a seguinte exigência:

"Como critério de habilitação da proposta vencedora, a empresa que não for sediada no município de Nova Friburgo, DEVERÁ apresentar juntamente com os documentos de habilitação, contrato de subcontratação com empresa sediada na municipalidade, em até 50% do objeto conforme disposições do item 16 deste Termo de Referência."

Já o item 7.6.1. complementa: "Excetua-se da exigência do item anterior, empresas com sede no município de Nova Friburgo."

Ou seja, apenas as empresas com sede ou filial no município de Nova Friburgo que não precisavam enviar juntamente com os documentos de habilitação o contrato de subcontratação com empresa sediada na municipalidade.

Sendo assim, o Licitante declarou no subitem 9.5.2 que concorda com as condições do edital e agora no recurso discorda do Instrumento Convocatório?

Pelas justificativas apresentadas no recurso, que não devem ser consideradas plausíveis pela Administração Pública, evidenciou que a empresa se descuidou ao analisar o instrumento convocatório, onde diz que: "Pois bem, importante frisar que o edital de licitação precisa ser claro e objetivo, em suas informações, o que não ocorreu no pregão 128/2023. O presente edital não apresenta nenhuma cláusula a respeito de subcontratação ou distância. Tais requisitos foram elencados apenas no termo de referência."

É sabido que no Preambulo desta Licitação determina os termos da Lei Federal nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema ComprasNet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 599/20. Ditando assim as diretrizes dos processos. Sendo assim, não há razões para os argumentos trazidos pela RECORRENTE. Mais uma vez deixando claro o total despreparo da RECORRENTE diante da simples leitura do instrumento convocatório, Ilustre Pregoeiro e Equipe Apoio do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO diz:

#### "ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital os seguintes Anexos:

- I Termo de Referência
- II Planilha Orçamentária
- III Modelo de Proposta de Preços
- IV Declaração Unificada
- V Ata de Registro de Preços
- VI - Minuta de Contrato
- VII Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços"

"Conforme dispõe o art. 40 e incisos, da Lei nº 8.666/93, in verbis:

O parágrafo 2º do artigo 40 prevê a inclusão do Projeto Básico como anexo obrigatório do Edital. O Projeto Básico, segundo definição contida na própria Lei Geral de Licitações (artigo 6º, inc. IX), é:

Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (...)."

A correta e adequada especificação do objeto da licitação, incluindo definições, métricas, resultados, qualidades, quantidades e todas as circunstâncias verificáveis objetivamente e relevantes para a execução do pactuado, é



aspecto fundamental de todo o processo de contratação, merecedora de especial atenção e dedicação por parte da Administração Pública quando da sua elaboração.

Tais aspectos relativos ao objeto constam do Projeto Básico (nomenclatura adotada na Lei nº 8.666/93) ou do Termo de Referência (nomen iuris adotado na modalidade Pregão), anexos obrigatórios do Edital, conforme preceituado no § 2º, do art. 40, da LGL. Sendo a Lei nº 8.666/93 norma geral para as contratações públicas, aplica-se o disposto no referido art. 40, em tudo o que couber, também ao Pregão (Lei 10.520).

O Edital da licitação tem por escopo o regramento do procedimento licitatório (daí também ser chamado de "lei interna da licitação") e, nesse desiderato, o Projeto Básico (nas modalidades da LLC, exceto concurso) e o Termo de Referência (no Pregão) fornecem informações acerca do objeto da licitação, essenciais para a formação do preço, a formulação e o julgamento das propostas, a verificação de conformidade da execução.

"O Decreto nº 3.555/00, em seu artigo 8º, que regulamenta o Pregão na forma eletrônica, traz definições acerca do Termo de Referência:

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

II - O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato."

Também o Decreto nº 5.454/05 traz os requisitos essenciais do Termo de Referência:

Art. 9º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

"I - Elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;"

Em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tanto licitantes quanto Administração Pública devem observar fielmente as regras, critérios e padrões ali previstos. Disso se depreende que definir mal a necessidade, ou escolher mal a solução, leva inexoravelmente à contratação de bem ou serviço inútil ou inadequado.

Como o Termo de Referência é parte integrante do Edital, ele também vincula todo o certame, inclusive no tocante à formulação e julgamento das propostas. Portanto, é essencial que a Administração Pública atente para a sua correta e adequada elaboração, possibilitando a identificação clara e suficiente do objeto, o cálculo do custo e o conhecimento de forma definitiva de todas as variáveis envolvidas na execução do objeto porventura contratado.

Sendo assim, fica ainda mais claro entender que o Pregoeiro agiu conforme preconizado na Lei, respeitou os princípios da Isonomia e da Convocação do Instrumento Convocatório. Portanto, mais uma vez, as alegações da empresa não merecem prosperar.

No entanto, no curso dos procedimentos licitatórios é comum, natural e legítimo o inconformismo daqueles não lograram êxito em contratar com a Administração Pública. Porém tal manifestação precisa seguir normas legais.

É de grande valia ressaltar que consta expressamente na Lei Federal de n. 10.520/2002 a exigência quanto à apresentação da motivação para apresentação de recurso.

Vale destacar que ao admitirmos a mera manifestação da intenção recursal, estaremos, na verdade, estimulando a prática procrastinatória no procedimento do Pregão, seja eletrônico, seja presencial, posto que, bastará a qualquer licitante que sequer haja se dado ao trabalho de analisar os documentos contidos no certame, simplesmente externar "quero recorrer" para que o procedimento licitatório tenha que passar à fase recursal, impondo à Administração Pública não apenas o ônus temporal para a conclusão da disputa, mas, também, um ônus financeiro decorrente de dito procedimento.

Ora, se o licitante sequer sabe os motivos que lhe motivam apresentar um recurso administrativo, sendo incapaz de apresentá-los, inexistente razão fática ou jurídica que justifique impor à Administração Pública e, por consequência indireta, à toda sociedade, o ônus decorrente da postergação da disputa.

É necessário elucidar o que traz o instituto acerca do juízo de admissibilidade dos Recursos. Tal juízo é a verificação da existência dos requisitos legais e necessários para o conhecimento do recurso, permitindo a análise do mérito das razões, tais requisitos são os pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, motivação, legitimidade e interesse.

A fim de prezar pela clareza e objetividade, cabe falar do requisito "interesse", o qual faltou por parte da empresa RECORRENTE ao apresentar seu Recurso por motivo de sua inabilitação, sem nem ao menos ter lido o Edital e seus respectivos anexos.

É bem verdade que o Decreto regulamentar do Pregão Eletrônico, 5.450, de 31 de maio de 2005, estabelece que a partir do momento da declaração do vencedor do certame, poderá qualquer licitante manifestar a sua intenção em recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para a apresentação das razões de recurso, vejamos:

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

Note-se que não basta a simples manifestação da intenção em recorrer, havendo a necessidade de que tal registro

seja feito de forma imediata e motivada, é o que se extrai da interpretação literal do Art. 26 do Decreto 5.450/2005, supra.

Acerca do requisito "motivação" podemos esclarecer que consiste na indicação pelo licitante do ponto que merece ser revisto segundo sua concepção. Frise-se que não se trata de expor as razões de recurso, visto que para isso a lei lhe concede um prazo de 3 dias, mas sim apontar a ilegalidade que considera estar sendo cometida.

E no Recurso apresentado pela RECORRENTE, faltou isso, não apontou nenhuma ilegalidade cometida na habilitação da MS COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS INDUSTRIAIS E AUTOMOTIVOS LTDA, bem como na sua própria inabilitação, visto que a Administração agiu corretamente.

A RECORRENTE mostrou todo seu despreparo conquistando a sua Inabilitação. A Equipe de Pregoeiro respeitou o princípio da Isonomia, onde foi respeitado as orientações editalícias. Desta forma, gostaríamos de entender o objetivo desta Empresa ao interpor este recurso. Que demonstra o simples interesse de atrapalhar e atrasar o certame.

Num determinado momento declara que está ciente e concorda com as condições do Edital e por estar desesperada a qualquer custo está tentando sagrar-se vencedora. Tem interesse de colocar suas vontades acima da legislação e da licitude do processo.

#### 4. Da Solicitação

Assim é que se REQUER a esse Ilustre Pregoeiro e a Equipe de Apoio, que seja indeferido o pleito da RECORRENTE, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou editalício.

Nestes termos,  
pede deferimento.

MS COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS INDUSTRIAIS E AUTOMOTIVOS LTDA.

Fechar



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2023.

Processo Licitatório nº: 4.268/2023

Processo Recurso nº: 17.759/2023

OBJETO: Contratação via sistema de registro de preços de empresa(s) especializada(s) em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos com substituição e fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios novos, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos), para veículos de porte leve, médio, pesado e máquinas/tratores pertencentes ao Município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS EIRELI, inscrita no CNPJ: 32.694.496/0001-37, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 17.759/2023.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES


Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 04/07/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 4.268/2023, a empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS EIRELI manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 e 4.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS EIRELI, CNPJ 32.694.496/0001-37 e seu representante legal, ambos já qualificados nos autos, vêm apresentar razões de recurso conforme demonstrado abaixo.

I – DOS FATOS

A empresa World Car Diesel foi vencedora nos grupos 01 e 03, tendo em seguida sido desabilitada. 

Pois bem, por inconformismo da presente decisão, se faria necessário o presente recurso.

II – DO DIREITO

II.1 – DOS PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

O Direito Administrativo é um ramo particularmente repleto de princípios, pois a proteção dos interesses da coletividade deve estar sempre norteando as atitudes da administração, em geral, e do administrador, em particular.



Comissão de Pregão I

Segundo o dicionário, princípio é o "momento em que alguma coisa tem origem; causa primária; teoria; preceito".

(Hidelbrando de Lima, 1971)

A Constituição Brasileira consagrou alguns princípios norteadores da administração pública quando, em seu art. 37, caput, assim dispõe:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade moralidade, publicidade e eficiência..."

Além disso, o art. 3º da Lei 8.666/93, que regula as licitações e contratos administrativos, traz uma gama de princípios a serem seguidos pela Administração na consecução da probidade administrativa, sendo considerado o dispositivo de maior destaque na Lei. Ipsi Literis:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Para Maria Sílvia Zannela Di Pietro, o processo licitatório se origina do princípio da indisponibilidade do interesse público:

"A própria licitação constitui um princípio a que se vincula a Administração Pública. Ela é decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público e que se constitui em uma restrição à liberdade administrativa na escolha do contratante; a Administração terá que escolher aquele cuja proposta melhor

## Comissão de Pregão I

atenda ao interesse público.”(Di Pietro, 1999, p.294) Abaixo serão demonstrados alguns princípios que estariam sendo violados neste processo licitatório.

### II.II – DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

Previsto de forma explícita na Constituição Federal, em seu art. 37, este Princípio da Licitação Pública prevê que os atos administrativos tenham visibilidade para que se possa viabilizar o exercício pleno do controle administrativo por parte da sociedade.

Pois bem, importante frisar que o edital de licitação precisa ser claro e objetivo, em suas informações, o que não teria ocorrido no pregão 128/2023. O presente edital não apresenta nenhuma cláusula a respeito de subcontratação ou distância, sendo tais requisitos elencados apenas no termo de referência.

A empresa World Car Diesel Autopeças LTDA - EPP participou do pregão em comento, no dia e horário previstos em edital, uma vez que no edital não continha a OBRIGATORIEDADE de se apresentar oficina mecânica no credenciamento.

A empresa já estava providenciando a subcontratação de oficina com todas as especificações contidas em edital e apresentaria no momento oportuno, ou seja, APÓS TORNAR-SE VENCEDORA DO PREGÃO.

A condição DISTÂNCIA restringe o caráter competitivo do certame, uma vez que limita a quantidade de participantes, pois, só poderão participar e se tornarem vencedoras empresas locais e, serão sempre as mesmas empresas fornecedoras, o que pode ser inclusive ser considerado vantagem para estas.

O princípio da IGUALDADE, está implícito ao princípio da competitividade, já que assegura igualdade de direitos a todos os interessados em contratar,





Comissão de Pregão I

todavia, a aglutinação do fornecimento de peças concomitante com a restrição de localidade, impede fornecedores de peças de participarem.

Conclui-se, portanto que o edital deixou lacunas, o que prejudicaria a clareza do certame.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa MS COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS INDUSTRIAIS E AUTOMOTIVOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 37.512.517/0001-70, como contrarrazoante, faz constar o seu pleno direito as Contrarrazões ao Recurso Administrativo, devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas da licitação.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Conforme edital em seu item: "28.1 - Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço [licitacaopmnf@gmail.com](mailto:licitacaopmnf@gmail.com) até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública."

Cabe esclarecer que a impugnação nada mais é que: o ato de contestar um edital durante o processo de licitação, que pode ou não ser aceito pela comissão de licitação ou pregoeiro.

No bojo da Lei 8.666/93, ilustrativamente, vejamos a regra inserta em seu art. 41, relativamente à figura da impugnação, in verbis:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

**Comissão de Pregão I**

§1º. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no §1º do art. 113.

§2º. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso."

De modo convergente, e igualmente tratando da interposição de recursos (em sede de licitações e contratos administrativos, no caso), Marçal JUSTEN FILHO leciona:

"Em princípio, todas as decisões administrativas comportam recurso, ressalvadas as hipóteses de (a) ter precluído o direito de o interessado interpor recurso por razões temporais (decurso do prazo), consumativas (exercício anterior do direito de recorrer) ou lógicas (conduta incompatível com a vontade de recorrer) ou (b) a autoridade que emitiu a decisão ocupar a hierarquia mais elevada no âmbito do órgão administrativo."

A empresa referida ao participar do certame informou através do sistema que atendia a todos os requisitos do edital, que é bem claro e traz em seu preâmbulo que integram o edital todos os seus anexos. Portanto, a empresa teve o prazo oportuno para se manifestar e solicitar análise de impugnação e além de não o fazer ainda concordou com todos os termos apresentados, o



## Comissão de Pregão I

que causa o questionamento se a mesma realmente conhecia os termos do edital.

Portanto, em seu recurso, a empresa não apresenta qualquer ilegalidade na análise de sua habilitação, como confirma não ter a documentação solicitada no item: "7.6 Como critério de habilitação da proposta vencedora, a empresa que não for sediada no município de Nova Friburgo, deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação, contrato de subcontratação com empresa sediada na municipalidade, em até 50% do objeto conforme disposições do item 16 deste Termo de Referência.

7.6.1 Excetua-se da exigência do item anterior, empresas com sede no município de Nova Friburgo.", considerando que os itens acima fazem parte da habilitação e que a não apresentação do contrato geraria a sua inabilitação do certame.

Cabe ressaltar que a Comissão de pregão se valeu do princípio da vinculação do edital e da isonomia na avaliação da habilitação das empresas e que outras empresas foram inabilitadas pela ausência do mesmo documento.

## V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS EIRELI no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 128/2023, e no mérito, NEGOU PROVIMENTO.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, e solicito que após análise técnica o mesmo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 128/2023.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 17.759/2023

RUBRICA: fb FOLHA: 27

Comissão de Pregão I

Nova Friburgo, 10 de julho de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



PROCESSO Nº:	1759/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	28
RUBRICA:	

**CONTRATO MUNICIPIO DE Nova Friburgo**

5 mensagens

**Departamento de Transporte PMMF** <dep.transporte.pmnf@gmail.com>  
Para: cotta maciel <licitacaocotta@gmail.com>, comprascotta@gmail.com

21 de dezembro de 2021 às 11:20

Prezados, boa tarde.

Gostaríamos de reiterar que até o presente momento, não foi sinalizado nenhum cronograma para início da prestação de serviços referente ao contrato 144/2021 celebrado entre o Município de Nova Friburgo e a empresa CEM Transportadora, Serviços EIRELI.

O não cumprimento dos prazos estipulados em edital, poderá levar a sanções administrativas, e suspensão do direito de licitar de acordo com a legislação vigente.

Att,

SMVLP

**cotta maciel** <licitacaocotta@gmail.com>  
Para: Departamento de Transporte PMMF <dep.transporte.pmnf@gmail.com>

4 de janeiro de 2022 às 13:01

BOA TARDE,

A EMPRESA C E M TRANSPORTADORA, SERVICOS E PECAS EIRELI, VEM POR MEIO DESTES INFORMAR AO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ QUE ESTAREMOS ENVIANDO UM REPRESENTANTE PARA SANAR TODAS AS DÚVIDAS E TIRAR TODOS ESCLARECIMENTOS PARA QUE POSSAMOS COMEÇAR A REALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO.

PODEMOS AGENDAR UMA REUNIÃO AO MUNICÍPIO DEPOIS DO DIA 10 DE JANEIRO DE 2022?

QUAL O CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA FROTA DOS VEÍCULOS QUE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS POR GENTILEZA!

NO MAIS ESTAMOS A DISPOSIÇÃO PARA QUAISQUER ESCLARECIMENTOS.

em ter., 21 de dez. de 2021 às 11:21, Departamento de Transporte PMMF <dep.transporte.pmnf@gmail.com> escreveu:

Prezados, boa tarde.

Gostaríamos de reiterar que até o presente momento, não foi sinalizado nenhum cronograma para início da prestação de serviços referente ao contrato 144/2021 celebrado entre o Município de Nova Friburgo e a empresa CEM Transportadora, Serviços EIRELI.

O não cumprimento dos prazos estipulados em edital, poderá levar a sanções administrativas, e suspensão do direito de licitar de acordo com a legislação vigente.

Att,

SMVLP

**Departamento de Transporte PMMF** <dep.transporte.pmnf@gmail.com>  
Para: cotta maciel <licitacaocotta@gmail.com>

4 de janeiro de 2022 às 20:12

Boa tarde,

Podemos agendar a reunião, todavia cumpre esclarecer que o contrato foi assinado desde de o dia 06 de

dezembro de 2021, e a empresa sinalizou através de email, que iria começar de forma imediata os trabalhos o que não ocorreu. O prazo de 45 dias para instalação de base no município e início dos trabalhos, se encerra em 18 de janeiro de 2022. Mediante a proximidade do término do prazo estabelecido em edital, peço que informem se haverá tempo hábil para instalação de base no município, bem como início dos trabalhos de manutenção das máquinas e equipamentos dentro do prazo fixado.

Quanto ao contato, segue o telefone:

(22) 2525-9201 / (22) 2525-9241

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

PROCESSO Nº:	17759/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	29
RUBRICA:	

Em ter., 4 de jan. de 2022 às 13:01, cotta maciel <licitacaocotta@gmail.com> escreveu:  
BOA TARDE,

A EMPRESA C E M TRANSPORTADORA, SERVICOS E PECAS EIRELI, VEM POR MEIO DESTES INFORMAR AO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ QUE ESTAREMOS ENVIANDO UM REPRESENTANTE PARA SANAR TODAS AS DÚVIDAS E TIRAR TODOS ESCLARECIMENTOS PARA QUE POSSAMOS COMEÇAR A REALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO.

PODEMOS AGENDAR UMA REUNIÃO AO MUNICÍPIO DEPOIS DO DIA 10 DE JANEIRO DE 2022?

QUAL O CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA FROTA DOS VEÍCULOS QUE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS POR GENTILEZA!

NO MAIS ESTAMOS A DISPOSIÇÃO PARA QUAISQUER ESCLARECIMENTOS.

Em ter., 21 de dez. de 2021 às 11:21, Departamento de Transporte PMMF <dep.transporte.pmnf@gmail.com> escreveu:

Prezados, boa tarde.

Gostaríamos de reiterar que até o presente momento, não foi sinalizado nenhum cronograma para início da prestação de serviços referente ao contrato 144/2021 celebrado entre o Município de Nova Friburgo e a empresa CEM Transportadora, Serviços EIRELI.

O não cumprimento dos prazos estipulados em edital, poderá levar a sanções administrativas, e suspensão do direito de licitar de acordo com a legislação vigente.

Att,

SMVLP

cotta maciel <licitacaocotta@gmail.com>  
Para: Departamento de Transporte PMMF <dep.transporte.pmnf@gmail.com>

5 de janeiro de 2022 às 09:52

BOM DIA,

O NOSSO REPRESENTANTE ESTARÁ NO MUNICÍPIO PARA SANAR TODAS AS PENDÊNCIAS INCLUSIVE PARA COMEÇAR ATENDE-LOS.

Em ter., 4 de jan. de 2022 às 20:13, Departamento de Transporte PMMF <dep.transporte.pmnf@gmail.com> escreveu:

Boa tarde,

Podemos agendar a reunião, todavia cumpre esclarecer que o contrato foi assinado desde de o dia 06 de dezembro de 2021, e a empresa sinalizou através de email, que iria começar de forma imediata os trabalhos o que não ocorreu. O prazo de 45 dias para instalação de base no município e início dos trabalhos, se encerra em 18 de janeiro de 2022. Mediante a proximidade do término do prazo estabelecido em edital, peço que informem se haverá tempo hábil para instalação de base no município, bem como início dos trabalhos de manutenção das máquinas e equipamentos dentro do prazo fixado.



Quanto ao contato, segue o telefone:

(22) 2525-9201 / (22) 2525-9241

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

PROCESSO Nº:	1759123
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	30
RUBRICA:	

Em ter., 4 de jan. de 2022 às 13:01, cotta maciel <licitacaocotta@gmail.com> escreveu:  
BOA TARDE,

A EMPRESA C E M TRANSPORTADORA, SERVICOS E PECAS EIRELI, VEM POR MEIO DESTE INFORMAR AO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ QUE ESTAREMOS ENVIANDO UM REPRESENTANTE PARA SANAR TODAS AS DÚVIDAS E TIRAR TODOS ESCLARECIMENTOS PARA QUE POSSAMOS COMEÇAR A REALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO.

PODEMOS AGENDAR UMA REUNIÃO AO MUNICÍPIO DEPOIS DO DIA 10 DE JANEIRO DE 2022?

QUAL O CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA FROTA DOS VEÍCULOS QUE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS POR GENTILEZA!

NO MAIS ESTAMOS A DISPOSIÇÃO PARA QUAISQUER ESCLARECIMENTOS.

Em ter., 21 de dez. de 2021 às 11:21, Departamento de Transporte PMMF <dep.transporte.pmnf@gmail.com> escreveu:  
Prezados, boa tarde.

Gostaríamos de reiterar que até o presente momento, não foi sinalizado nenhum cronograma para início da prestação de serviços referente ao contrato 144/2021 celebrado entre o Município de Nova Friburgo e a empresa CEM Transportadora, Serviços EIRELI.

O não cumprimento dos prazos estipulados em edital, poderá levar a sanções administrativas, e suspensão do direito de licitar de acordo com a legislação vigente.

Att,

SMVLP

Departamento de Transporte PMMF <dep.transporte.pmnf@gmail.com>  
F. cotta maciel <licitacaocotta@gmail.com>

5 de janeiro de 2022 às 10:43

Quando o representante estará aqui? Preciso que confirmem a data e horário.

Att,

SMVLP  
Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção de Veículos Leves e Pesados.

Em qua., 5 de jan. de 2022 às 09:52, cotta maciel <licitacaocotta@gmail.com> escreveu:  
BOM DIA,

O NOSSO REPRESENTANTE ESTARÁ NO MUNICÍPIO PARA SANAR TODAS AS PENDÊNCIAS INCLUSIVE PARA COMEÇAR ATENDE-LOS.

Em ter., 4 de jan. de 2022 às 20:13, Departamento de Transporte PMMF <dep.transporte.pmnf@gmail.com> escreveu:  
Boa tarde,

Podemos agendar a reunião, todavia cumpre esclarecer que o contrato foi assinado desde de o dia 06 de dezembro de 2021, e a empresa sinalizou através de email, que iria começar de forma imediata os trabalhos

o que não ocorreu. O prazo de 45 dias para instalação de base no município e início dos trabalhos, se encerra em 18 de janeiro de 2022. Mediante a proximidade do término do prazo estabelecido em edital, peço que informem se haverá tempo hábil para instalação de base no município, bem como início dos trabalhos de manutenção das máquinas e equipamentos dentro do prazo fixado.

Quanto ao contato, segue o telefone:

(22) 2525-9201 / (22) 2525-9241

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

PROCESSO Nº:	17459/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	31
RUBRICA:	

Em ter., 4 de jan. de 2022 às 13:01, cotta maciel <licitacaocotta@gmail.com> escreveu:  
BOA TARDE,

A EMPRESA C E M TRANSPORTADORA, SERVICOS E PECAS EIRELI, VEM POR MEIO DESTA INFORMAR AO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ QUE ESTAREMOS ENVIANDO UM REPRESENTANTE PARA SANAR TODAS AS DÚVIDAS E TIRAR TODOS ESCLARECIMENTOS PARA QUE POSSAMOS COMEÇAR A REALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO.

PODEMOS AGENDAR UMA REUNIÃO AO MUNICÍPIO DEPOIS DO DIA 10 DE JANEIRO DE 2022?

QUAL O CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA FROTA DOS VEÍCULOS QUE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS POR GENTILEZA!

NO MAIS ESTAMOS A DISPOSIÇÃO PARA QUAISQUER ESCLARECIMENTOS.

Em ter., 21 de dez. de 2021 às 11:21, Departamento de Transporte PMMF  
<dep.transporte.pmnf@gmail.com> escreveu:  
Prezados, boa tarde.

Gostaríamos de reiterar que até o presente momento, não foi sinalizado nenhum cronograma para início da prestação de serviços referente ao contrato 144/2021 celebrado entre o Município de Nova Friburgo e a empresa CEM Transportadora, Serviços EIRELI.

O não cumprimento dos prazos estipulados em edital, poderá levar a sanções administrativas, e suspensão do direito de licitar de acordo com a legislação vigente.

Att,

SMVLP



# CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA

1. EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Solteiro, data de nascimento 06/07/1995, nº do CPF 130.395.116-96, documento de identidade 20571431, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA GUANABARA, número 253, bairro / distrito NOVO HORIZONTE, município JOAO MONLEVADE - MINAS GERAIS, CEP 35.930-084 e

2. HEIDER MATEUS SARTORI CALDEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Solteiro, data de nascimento 27/06/1995, nº do CPF 128.383.336-07, documento de identidade 20121036, SSP, MG, com domicílio / residência a AVENIDA SANTA CRUZ, número 1033, bairro / distrito SANTA CRUZ, município JOAO MONLEVADE - MINAS GERAIS, CEP 35.930-451.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA.

Cláusula Segunda - O objeto social será COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS E USADOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, MOTOCICLETAS, LUBRIFICANTES E CAMARAS DE AR E PNEUMATICOS, COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA TERRAPLENAGEM, MINERACAO E CONSTRUCAO: PARTES E PECAS, PRESTACAO DESERVICOS DE MANUTENCAO MECANICA E ELETRICA EM VEICULOS AUTOMOTORES, INSTALACAO EMANUTENCAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, SERVICOS DE TERRAPLENAGEM E LOCACAODE VEICULOS SEM CONDUTOR.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RUA NEGRAO DE LIMA, número 74, SALA 02, bairro / distrito ALVORADA, município JOAO MONLEVADE - MG, CEP 35.930-030.

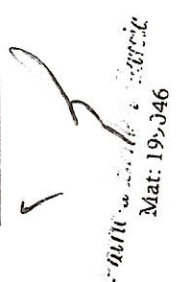
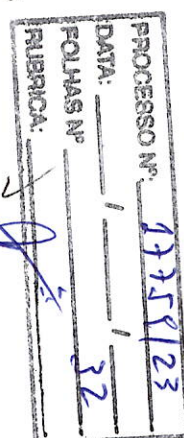
Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 27/01/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 110.000,00 (CENTO e DEZ MIL reais) dividido em 110.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA	105.000	105.000,00
HEIDER MATEUS SARTORI CALDEIRA	5.000	5.000,00
TOTAL	110.000	110.000,00

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.





# CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA

Nº Proc. 10.127/2020  
Rubrica 44 Folha 4

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sexta - Fica eleito o foro de JOAO MONLEVADE - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

JOAO MONLEVADE, 27 de Janeiro de 2020.

PROCESSO Nº 10.127/2020  
DATA: 11/15/2020  
FOLHAS Nº 33  
RUBRICA: 44

Marize Alves da Sevilha  
PREF. Matr.: 108.808  
COMISSÃO DE PREGÃO

Patricia Berthel Garcia  
Matr.: 19.0046

Leonardo Gabriel Peloto  
PREGOEIRO  
PREF. MATR.: 208.934

MÓDULO INTEGRADOR: 15 MGP2000080548



MG43806864

2/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211588551 em 29/01/2020 da Empresa EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA, Nire 31211588551 e protocolo 200450433 - 29/01/2020. Autenticação: 7BD18BDEB634E3177AACE2FBB75F744410297FD6. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/045.043-3 e o código de segurança r0tq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/01/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA-GERAL

pág. 4/8



# CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA

EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA  
Sócio/Administrador

Nº Proc. 10.117/2021  
Rubrica *[assinatura]* Folha 443

HEIDER MATEUS SARTORI CALDEIRA  
Sócio

PROCESSO Nº:	27758/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	34
RUBRICA:	<i>[assinatura]</i>

*Leonardo Gabriel Pelxoto*  
**PREGOEIRO**  
PMNF-MATR.:206.934

*Patricia Berbert Garcia*  
MEC: 199040

*Marize Alves da Sevilha*  
PMNF-Matr.:106.606  
COMISSÃO DE PREGÃO

MÓDULO INTEGRADOR: 15 MGP2000080548



MG43806864

3/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211588551 em 29/01/2020 da Empresa EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA, Nire 31211588551 e protocolo 200450433 - 29/01/2020. Autenticação: 7BD18BDEB634E3177AACE2FBB75F744410297FD6. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/045.043-3 e o código de segurança r6tq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/01/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

*Marinely de Paula Bomfim*  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/8



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Nº Proc. 10.117/2021

Rubrica Folha 444

## Documento Principal

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/045.043-3	MGP2000080548	29/01/2020

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA
128.383.336-07	HEIDER MATEUS SARTORI CALDEIRA

PROCESSO Nº: 17759/23  
DATA: / /  
FOLHAS Nº: 35  
RUBRICA:

Leonardo Gabrig Peixoto  
PRESELO  
PMNF-MATR.: 206.931

Patricia Berthert Garcia  
PMNF-MATR.: 206.931

Marize Alves da Sevilha  
PMNF-Matr.: 106.606  
COMISSÃO DE PREGÃO







Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nº Proc. 10.117/2021  
Rubrica B  
Folha 445

PROCESSO Nº: 11758/23  
DATA: / /  
FOLHAS Nº: 36  
RUBRICA:

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMG, no uso de suas atribuições de cancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 20/045.043-3, em 29/01/2020 da empresa: EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA, nire: 3121158855-1, foi deferido digitalmente sob o número 31211588551, em 29/01/2020, nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019. Assina o presente termo, mediante certificado digital, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA
128.383.336-07	HEIDER MATEUS SARTORI CALDEIRA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
130.395.116-96	EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA
128.383.336-07	HEIDER MATEUS SARTORI CALDEIRA

Belo Horizonte. quarta-feira, 29 de janeiro de 2020

Página 1 de 1

Leonardo Gahrig Peixoto  
PRESEIRO  
PMNF-MATR.:206.934

Patricia Berbert Garcia

Marize Alves da Sevilha  
PMNF-MATR.:108.608  
COMISSÃO DE PRECISO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211588551 em 29/01/2020 da Empresa EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA, Nire 31211588551 e protocolo 200450433 - 29/01/2020. Autenticação: 7BD18BDEB634E3177AACE2FBB75F744410297FD6. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/045.043-3 e o código de segurança r6tq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/01/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/8



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Nº Proc. 10.117/2021  
Rubrica *[assinatura]* Folha 446

PROCESSO Nº	57759/23
DATA	/ /
FOLHAS Nº	37
RUBRICA	<i>[assinatura]</i>

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

*Leonardo Gabriel Polxoto*  
**PREGOEIRO**  
PMNF-MATR.:206.934

*Patricia Berbert Garcia*  
29/01/2020

*Marize Alves da Sevilha*  
PMNF-Matr.:106.606  
COMISSÃO DE PREGÃO

Belo Horizonte, quarta-feira, 29 de janeiro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

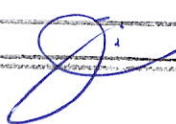
Certifico registro sob o nº 31211588551 em 29/01/2020 da Empresa EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA, Nire 31211588551 e protocolo 200450433 - 29/01/2020. Autenticação: 7BD18BDEB634E3177AAACE2FBB75F744410297FD6. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/045.043-3 e o código de segurança r6tq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/01/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

*Marinely de Paula Bomfim*  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2021

PROCESSO Nº: 17759/23  
DATA: / /  
FOLHAS Nº: 38  
RUBRICA: 

No dia 06 de dezembro de 2021, no **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, registram-se o(s) preço(s) da empresa **EBMC MOTORPEÇAS E SERVIÇOS**, com sede na Rua Negrão de Lima nº 74 – Sala 02, bairro Alvorada – CEP 35.930-120 – João Monlevade - MG, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº **36.171.066/0001-91**, neste ato representada pelo sócio **Eurico Bicalho Mateus Caldeira**, portador do documento de identidade n.º 20571431, órgão expedidor SSP-MG e do CPF nº 130.395.116-96, para **AQUISIÇÃO PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS OU ORIGINAIS CONFORME ABNT NBR 15296 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**, via sistema Registro de Preços, para atender às necessidades da Subsecretaria Municipal de Manutenção de Veículos Leves e Pesados,, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital de licitação, decorrente da realização do **Pregão Eletrônico nº 076/2021**. As especificações técnicas constantes no **Processo Administrativo nº 10.117/2021**, assim como os termos da Proposta Comercial – Anexo III, e demais Anexos do edital de licitação, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	DESCONTO %	Percentual de desconto por extenso
01	Peças e acessórios para máquinas	CASE	89,00 %	Oitenta e nove por cento
04	Peças e acessórios para máquinas	JOHN DEERE	79,00%	Setenta e nove por cento
05	Peças e acessórios para máquinas	LIU GONG	81,00%	Oitenta e um por cento
12	Peças e acessórios para veículo de grande porte	FORD	90,21%	Noventa vírgula vinte e um por cento
14	Peças e acessórios para veículo de grande porte	VOLKSWAGEM	91,00%	Noventa e um por cento
16	Peças e acessórios para veículo de médio porte	HYUNDAI	86,00%	Oitenta e seis por cento
20	Peças e acessórios para veículo de médio porte	GMC	86,01%	Oitenta e seis vírgula zero um por cento
22	Peças e acessórios para veículo de médio porte	RENAULT	87,00%	Oitenta e sete por cento



23	Peças e acessórios para veículo de médio porte	CITROEN	85,81%	Oitenta e cinco vírgula oitenta e um por cento
25	Peças e acessórios para veículo de médio porte	CHEVROLET	86,10%	Oitenta e seis vírgula dez por cento
26	Peças e acessórios para veículo de pequeno porte	VOLKSWAGEM	86,10%	Oitenta e seis vírgula dez por cento
30	Peças e acessórios para veículo de pequeno porte	FORD	69,00%	Sessenta e nove por cento
31	Peças e acessórios para veículo de pequeno porte	NISSAN	67,00%	Sessenta e sete por cento
35	Peças e acessórios para veículo de pequeno porte	HONDA	51,00%	Cinquenta e um por cento
36	Peças e acessórios para veículo de pequeno porte	YAMAHA	51,00%	Cinquenta e um por cento
37	Peças e acessórios para veículo de pequeno porte	DAFRA	40,00%	Quarenta por cento

**1-DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1.1 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**2-DO PRAZO DO REGISTRO DE DESCONTOS:**

2.1 –O prazo de vigência do registro dos descontos será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta Ata, não podendo ser prorrogada.

**3— DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS**

3.1 - As peças e acessórios serão fornecidos após emissão de nota de empenho, de acordo com a demanda da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, que efetuará o pedido, descrevendo o tipo e modelo de cada peça, bem como a quantidade, aplicando os percentuais sobre Tabela de Peças, praticados pelas empresas vencedoras do certame, não ultrapassando o limite máximo de custeio, de acordo com o regramento descrito nos itens 3 e 6 do presente Termo de Referência.

3.2 – O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 10 (dias) dias, contados do recebimento do pedido via site, posteriormente a assinatura do contrato.

Nome do requisitante: Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados



<b>Endereço:</b>	<b>ALMOXARIFADO CENTRAL</b> AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225 – CENTRO – NOVA FRIBURGO.
<b>Horário de entrega:</b>	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.
<b>A/C:</b>	Alan/Bruno/Guilherme

3.3 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

3.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

3.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.7 As peças requisitadas, entregues e constatada no ato da instalação, mesmo após emissão de nota fiscal num prazo máximo de 3(três) meses, seja por codificação errada ou aplicação incorreta de modelo, deverão ser trocadas sem custos ao Município.

3.8 Serão recusadas as peças imprestáveis ou que não atendam às especificações constantes da solicitação emitida pela CONTRATANTE.

3.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **4-- CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

4.2 –O cancelamento do seu registro poderá ser:

4.2.1 - A pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado,

4.2.2 - Por iniciativa do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO:

4.2.2.1 - Quandoo fornecedor registrado:

- a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados nomercado;
- b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) descumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;
- d) não retirar a nota de empenho, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, sem justificativa aceitável;

4.2.2.2 - Pela superveniência de razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

4.3 –Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

## **5-- CADASTRO DE RESERVA**

5.1 – Não houve participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de Reserva.

OU

5.2 – Conforme registrado no Anexo A dessa Ata de Registro de Preços, também fica formalizado o Cadastro de Reserva de Reserva do(s) fornecedor(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, com preços iguais ao do licitante vencedor, havendo cancelamento de registro e seguindo a ordem de classificação final no certame, por item/grupo do objeto (se for o caso) pelo período remanescente da vigência originalmente prevista para o registro de preços.

5.3 – A formação de Cadastro de Reserva vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de classificação.



5.4 – A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no Cadastro de Reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital de licitação.

5.5 – Havendo alteração da titularidade do registro com base no Cadastro de Reserva, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

#### **6-DAS PENALIDADES**

6.1 6.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

6.2 - Comete infração administrativa a contratada que:

6.3 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

6.4 - Apresentar documentação falsa;

6.5 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.6 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.7 - Não mantiver a proposta;

6.8 - Cometer fraude fiscal;

6.9 - Comportar-se de modo inidôneo;

6.10- Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

6.11- Pela nexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

6.12- - Advertência;

6.13- - Multa:

6.14- Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

6.15- Comensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

Gabriel Wendekroschy  
SECRETÁRIO DE  
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
CNPJ 06.775.11/MNF

- 6.16-** - moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 6.17-** - moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 6.18-** - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 6.19-** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- 6.20-** - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;
- 6.21-** - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- 6.22-** - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **7. DA RESCISÃO**

- 7.1-** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;
- 7.2-** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:
- 7.3-** Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística;
- 7.4-** O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.
- 7.5-** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do



artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

#### **8. – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1-** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei n.º 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**8.2-** Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

**8.3-** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**8.4-** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

**8.5-** Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

**8.6-** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**8.7-** Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

**8.8-** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**8.9-** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**8.10-** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**8.11-** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**9.1--**Além das obrigações resultantes da aplicação da lei n.º 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

Gabriel Wanderroschky  
SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
24/01/2021

**9.2-** Efetuar a entrega do objeto sem ônus a municipalidade, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

**9.3-** Objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras, ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

**9.4-** A empresa se sujeita ao recebimento provisório pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente a empresa a retirada/ substituição do objeto recusado.

**9.5-** O prazo de garantia mínimo das peças, não poderá ser inferior a 01 (um) ano a contar da data do recebimento definitivo dos produtos.

**9.6-** Para os produtos, aos quais se aplicam, o prazo de validade não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante, a contar da data do recebimento provisório das peças.

**9.6-** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

**9.7-** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.8-** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**9.9** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.10-** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.11** Manter preposto aceito pela Administração da Subsecretaria Municipal de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, para representá-la na execução do Contrato;

**9.12-** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

**9.13-** Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

Gabriel Wendervoschy  
SECRETARIO DE  
INFRAESTRUTURA E LOGISTICA  
Mat. 62.775 - PNUF



**9.14** Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados;

## **10 - DO PAGAMENTO**

**10.1** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

**10.2** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**10.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **11 – CONDIÇÕES GERAIS**

**11.3** – As condições gerais da AQUISIÇÃO, tais como os prazos de entrega dos produtos, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital de licitação.

**11.4** - A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

**11.5** - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Gabriel Costa Wenderrosch

Gabriel Wenderrosch  
SECRETÁRIO DE  
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
Mat. 62.77 - 1100

Secretário



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 10117/2021

RUBRICA: *[assinatura]* FOLHA: *153*

Municipal de Infraestrutura e Logística

Matrícula: 199.345

EURICO BICALHO  
MATEUS  
CALDEIRA:130395  
11696

Assinado de forma digital  
por EURICO BICALHO  
MATEUS  
CALDEIRA:13039511696  
Dados: 2021.12.10 11:09:18  
-03'00'

PROCESSO Nº:	11754/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	47
RUBRICA:	<i>[assinatura]</i>

**EBMC MOTORPEÇAS E SERVIÇOS**

**Eurico Bicalho Mateus Caldeira**

R.G. n.º 20571431-SSP-MG / CPF nº 130.395.116-96

*Gabriel Wendertroschy*  
SECRETÁRIO DE  
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
Mat. 62.715 - R. INF





17759/23

PROCESSO Nº:	17759/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	48
RUBRICA:	

8

Acesse o  
Saiba N

## EURICO BICALHO MATEUS

Eurico Bicalho Mateus Caldeira é empresário nos seguintes Estados: MG. Dessas empresas, MOTORPECAS E SERVICOS LTDA, aber recente é a EBX COMPANY LTDA, aberta e social das empresas somam cerca de R\$ 1.130, vinculado ao CNPJ. Verifique abaixo quais são

### Empresas onde Eurico participa(ou)

### Quem são os

#### MINAS VEICULOS PECAS E LOCACOES LTDA

- ❖ CNPJ: 40.213.091/0001-68
- ❖ Data de Abertura: 29/12/2020
- ❖ Situação Cadastral: ATIVA
- ❖ Município: ITUIUTABA / MG
- ❖ Capital Social Total: R\$ 150.000

*Eurico é Sócio-Administrador desde 05/04/2022*

## INFINITY AUTO PARTS LTDA

- ❖ CNPJ: 45.917.035/0001-28
- ❖ Data de Abertura: 05/04/2022
- ❖ Situação Cadastral: ATIVA
- ❖ Município: BETIM / MG
- ❖ Capital Social Total: R\$ 150.000

*Eurico é Sócio-Administrador desde 05/04/2022*

PROCESSO Nº:	17759123
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	49
RUBRICA:	



## WORLD CAR DIESEL AUTO PECAS LTDA

- ❖ CNPJ: 32.694.496/0001-37
- ❖ Data de Abertura: 07/02/2019
- ❖ Situação Cadastral: ATIVA
- ❖ Município: JOAO MONLEVADE / MG
- ❖ Capital Social Total: R\$ 200.000

*Eurico é Sócio-Administrador desde 07/02/2019*

## McAfee Total Protection

R\$ 69

McAfee Total Protection - Proteção  
Macs,...

## EBX COMPANY LTDA

- ❖ CNPJ: 45.896.417/0001-12
- ❖ Data de Abertura: 04/04/2022
- ❖ Situação Cadastral: ATIVA
- ❖ Município: FRUTAL / MG
- ❖ Capital Social Total: R\$ 200.000

*Eurico é Sócio-Administrador desde 04/04/2022*

## MULTMAIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA

- ❖ CNPJ: 38.064.912/0001-08
- ❖ Data de Abertura: 12/08/2020
- ❖ Situação Cadastral: ATIVA
- ❖ Município: JOAO MONLEVADE / MG
- ❖ Capital Social Total: R\$ 230.000

*Eurico é Sócio-Administrador desde 11/11/2021*



## EBMC MOTORPECAS E SERVICOS LTDA

- ❖ CNPJ: 36.171.066/0001-91
- ❖ Data de Abertura: 29/01/2020
- ❖ Situação Cadastral: ATIVA
- ❖ Município: JOAO MONLEVADE / MG
- ❖ Capital Social Total: R\$ 200.000

*Eurico é Sócio-Administrador desde 29/01/2020*

PROCESSO Nº:	17758/23
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	50
RUBRICA:	

Fonte das Informações: Receita Federal do Brasil

## Pesquisar Outros Dados no Transp

Todos os dados divulgados neste site são dados não sensíveis, de origem e de natureza pública. Portanto, esse site não divulga qualquer tipo de informação sigilosa e protegida por lei. Clique aqui e

Não somos nem estamos vinculados a nenhum órgão oficial do governo, esse site é privado e tem como propósito a divulgação e consulta de dados abertos e de interesse público. Não fazemos o tratamento, divulgação ou armazenamento de dados pessoais. Por isso, por lei ou pela LGPD, divulgamos somente dados públicos e abertos por força de lei que são disponíveis.

PROCESSO Nº:	17459123
DATA:	/ /
FOLHAS Nº	51
RUBRICA:	



Anúncio veiculado por Google

Opções de anúncios

Enviar comentários





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 17759/23

RUBRICA: 1 FOLHA: 52

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 13 de julho de 2023

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, informo que a empresa WORLD CAR DIESEL AUTO PEÇAS LTDA, apresentou tempestivamente recurso, questionando a desabilitação da sua proposta referente aos grupos 01 e 02 do presente certame.

A referida empresa alega em seu recurso o que segue: "o presente edital não apresenta nenhuma cláusula a respeito de subcontratação ou distância. **Tais requisitos foram elencados apenas no Termo de Referência**" (grifo nosso).

Tal argumentação é rasa, tendo em vista que o Termo de Referência é um dos anexos do presente edital, sendo parte do mesmo e conforme já demonstrado nos autos, às fls. 298 do P.A. 4268/2023.

O Decreto Federal n. 5450 de 31 de maio de 2005 em seu parágrafo segundo, apresenta a seguinte redação:

*"§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva."*

Resta claro por tanto que a empresa WORLD CAR DIESEL, antes de elaborar a sua proposta, não leu de forma atenta todo o conteúdo do edital, caso o fizesse teria em momento oportuno, entrado com pedidos de esclarecimentos, o que não aconteceu, e mais, ao participar da licitação concordou conforme demonstrado no



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

sistema que aceitava e concordava com disposto no edital e todo o disposto em seus **anexos**.

A empresa em seu recurso alega que *"a condição DISTÂNCIA restringe o caráter competitivo do certame, uma vez que limita a quantidade de participantes no certame, pois, só poderão participar e se tornarem vencedoras empresas locais e, serão sempre as mesmas empresas fornecedoras, o que pode ser considerado vantagem para esta"*

Dois dos princípios que norteiam a administração pública, são o princípio da VANTAJOSIDADE e da EFICIÊNCIA.

Marçal Justen Filho<sup>79</sup> assim define:

*"A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse geral por meio da execução do contrato. A maior vantagem configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração, o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obriga a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a administração pública"<sup>79</sup>. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos. 12 ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 65)*

Fernanda Marinela<sup>12</sup> quanto a eficiência define que:

*"A eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. Consiste na busca de resultados práticos de produtividade, de economicidade, com a consequente redução de desperdícios do dinheiro público e rendimentos típicos da iniciativa privada, sendo que, nessa situação, o lucro é do povo; quem ganha é o bem comum." (MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 10. ed. Niterói: Saraiva, 2016. p. 43.)*

Germana Oliveira Moraes<sup>13</sup>:

Princípio da eficiência é aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta a seus agentes a persuasão do bem comum, por meio do exercício de suas





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 17759/23

RUBRICA: 9/2 FOLHA: 54

### Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primado pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social. [...].

Em suma, os agentes públicos devem buscar soluções que visem garantir os princípios da eficiência e vantajosidade da administração pública, visando o bem comum e a excelência na prestação dos serviços que se pretende contratar.

Cumprе esclarecer que esta administração pública municipal possui histórico recente de licitações com objetos similares ao qual se tornou refém de diversas empresas, que veceram certames com valores inexecutáveis ou com promessas de se fixarem bases na municipalidade e aqui vale destacar os P.As 10514/21, onde a empresa C E M TRANSPORTADORA SERVIÇOS E PEÇAS EIRELLI, situada à Rua Virgílio Salomão, 114 SALA A, Rosário, João Monlevade-MG, venceu o GRUPO 4 referente a manutenção de máquinas e tratores, e após assinatura de contrato NUNCA prestou o serviço, mesmo após reiterados e-mails, conforme anexado aos autos, o que gerou grande transtorno a municipalidade fazendo com que diversas máquinas permanecessem fora de operação por falta de manutenção especializada.

Nesta mesma esteira, a empresa EBMC MOTOR PEÇAS SERVIÇOS LTDA situada à Rua Negrão de Lima, n. 74, Sala 02, ALVORADA - João Monlevade-MG se sagrou vencedora do Pregão 076/21, P.A. 10117/21, para fornecimento de peças tendo como sócio o Sr. EURICO BICALHO MATEUS CALDEIRA que também é proprietário da empresa que impetrou o presente recurso, e pasmem, nunca forneceu efetivamente nenhuma peça automotiva à municipalidade mesmo após reiteradas tentativas de comunicação desta administração.

Tal afirmação se comprova às fls. 547 do P.A. 4268/23 onde consta uma punição da Prefeitura de Borda da Mata, por não cumprimento de cláusulas contratuais por parte da mesma empresa EBMC MOTOR PEÇAS, pertencente ao Grupo Bicalho, que possui outras 3 (três) empresas, além das já demonstradas nos autos.

Sendo assim, fica evidente que resta a esta administração cercar-se de inúmeros cuidados, para que não venha novamente a ser refém de empresas que



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

s.m.j., não tem o menor compromisso com os princípios de eficiência e vantajosidade quiçá com o bem comum.

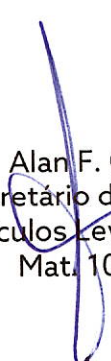
O histórico nos obrigou a colocar cláusulas no presente Termo de Referência, com vistas a alcançar o pleno atendimento do objeto, restando claro portanto que não houve por parte desta requisitante qualquer intenção de restringir o caráter competitivo do certame, tão pouco, beneficiar essa, ou aquela empresa e sim a proteção da administração pública municipal com vistas a alcançar a melhor execução possível do presente objeto evitando novos itens frustrados o que traria, como já demonstrado enormes transtornos a municipalidade.

No mais, a empresa WORLD CAR DIESEL AUTOPEÇAS LTDA-EPP, teve tempo suficiente para solicitar esclarecimentos, bem como para apresentar impugnação ao presente edital, e mesmo não apresentando, ao participar do presente certame, demonstrou estar de pleno acordo com todas as condições postas no Termo de Referência, que é **PARTE** do presente edital.

Sendo assim, esta Subsecretaria segue a decisão do Pregoeiro e da Comissão de Pregão, **NEGANDO** provimento ao presente recurso.

Encaminhamos os autos para a Douta Procuradoria, para os procedimentos de praxe e análise quanto as questões de legalidade.

Atenciosamente,

  
Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
de Veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 17759  
DATA 19/07/23  
FOLHA N° 56 Rubrica 8

Processo: 17759/2023

Recorrente: World Car Diesel Autopeças Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 128 de 2023 - Processo Licitatório n. 4268/2023

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 128 de 2023 - Processo Licitatório n. 4268/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos com substituição e fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios novos com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos) para veículos de porte leve, médio, pesado e máquinas/tratores pertencentes ao Município de Nova Friburgo.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/04 que o edital não apresenta nenhuma cláusula a respeito da subcontratação ou distância, cujos requisitos foram elencados apenas no Termo de Referência, bem como que participou do certame uma vez que no edital não continha a obrigatoriedade de se apresentar oficina mecânica no credenciamento e que já estava providenciando a subcontratação de oficina com todas as especificações contidas em edital e apresentaria em momento oportuno, ou seja, após tornar-se vencedora do pregão.

Por fim, afirma que a condição “distância” restringe o caráter competitivo do certame, eis que limita a quantidade de participantes, pois só poderão participar e se tornarem vencedoras empresas locais, requerendo o deferimento do recurso e a reforma da decisão do Pregoeiro.

A empresa *MS Comércio e Serviços de Produtos Industriais e Automotivos Ltda.* apresentou contrarrazões às fls. 16/19, afirmando que a empresa recorrente cadastrou sua proposta no sistema e assinalou a declaração de que compria plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta estava em conformidade com as exigências do edital, conforme subitem 9.5.2, sendo certo que no item 7.1.6 há exigência de que, como critério de habilitação da proposta vencedora, a empresa que não for sediada no Município de Nova Friburgo deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, contrato de subcontratação com empresa sediada na municipalidade em até 50% do objeto.

A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 20/27, negou provimento ao recurso, com fundamento no princípio da vinculação ao edital e isonomia na avaliação da habilitação das empresas que foram inabilitadas pela ausência do mesmo documento, encaminhando o processo à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados para decisão final.

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347



A Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, em manifestação de fls. 20, afirma que a argumentação é rasa e o termo de referência é um dos anexos do edital, sendo parte integrante do mesmo, conforme Decreto Federal n. 5450/2005, bem como que a recorrente, *“antes de elaborar a sua proposta, não leu de forma atenta todo o conteúdo do edital, caso o fizesse teria em momento oportuno, entrado com pedido de esclarecimentos, o que não aconteceu, e mais, ao participar da licitação concordou conforme demonstrado no sistema que aceitava e concordava com disposto no edital e todo o disposto em seus anexos”*.

Quanto à restrição da competitividade, afirma a Subsecretaria que primou pelos princípios da vantajosidade e eficiência, tendo em vista que a Administração Municipal possui histórico recente de licitações com objetos similares em que as empresas que venceram não prestaram o serviço, o que levou à necessidade de inserir tal cláusula no termo de referência.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para análise da legalidade.

É o relatório.

## II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

***I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:***

***a) habilitação ou inabilitação do licitante;***

*b) julgamento das propostas;*

*c) anulação ou revogação da licitação;*

*d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*

*e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*

*f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*

[...]





*§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (sem grifos no original)*

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

*“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:*

*[...]*

*IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”*

*“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:*

*[...]*

*VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;”*

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística (Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados), motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.



PROCESSO N° 17759

DIA 19/07/23

COMISSÃO N° 59 Pública 9

Por sua vez, o subitem 21.7 do edital assim dispõe:

*“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao titular da Secretaria de Infraestrutura e Logística do MNF-RJ, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro e parecer da Procuradoria Geral Municipal”.*

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

**Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.**

**§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.**

**§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.**

**§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.**

**§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.**

**§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.**

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana<sup>1</sup>, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

<sup>1</sup> SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.





PROCESSO N° 17759  
DIA 19/07/23  
Folha N° 60 Rubrica B

*“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei n° 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.*

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão se manifestou motivadamente acerca do recurso (fls. 20/27), decidindo pelo desprovimento.

No mesmo sentido, a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, em manifestação de fls. 20, negou provimento ao recurso.

Embora não tenha sido suscitada qualquer dúvida jurídica pela Comissão de Pregão II, passa-se à análise do mérito recursal.

## **II.1 - Da exigência de apresentação de contrato de subcontratação com empresa sediada na municipalidade**

O item 7 do Termo de Referência, que trata dos critérios de seleção do fornecedor, dispôs em seu subitem 7.6 o seguinte:

*7.6 Como critério de habilitação da proposta vencedora, a empresa que não for sediada no município de Nova Friburgo, deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação, contrato de subcontratação com empresa sediada na municipalidade, em até 50% do objeto conforme disposições do item 16 deste Termo de Referência.*

*7.6.1 Excetua-se da exigência do item anterior, empresas com sede no município de Nova Friburgo.*

Verifica-se que o item 16 do Termo de Referência, citado no subitem 7.6, trata da possibilidade de subcontratação parcial do objeto.

Tratando-se o Termo de Referência de parte integrante do Edital de Licitação, não há que se falar em ausência de previsão editalícia, tampouco pode se argumentar no sentido de que em licitação anterior não havia tal exigência.

Isto porque, nada impede a Administração Pública de primar pela evolução dos seus entendimentos e procedimentos administrativos e, deparando-se diante de fatos que demandem uma nova redação dos editais licitatórios, poderá a Administração remodelar seus editais, não havendo qualquer ilegalidade nesta medida.

Carlos Eduardo V. M. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347



Noutro giro, cumpre destacar que a exigência de um contrato prévio com empresa subcontratada sediada na municipalidade reflete questões técnicas e práticas que a vivência administrativa da Secretaria solicitante vem a justificar a exigência, primando pela eficiência administrativa.

Para tanto a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados relate o histórico recente de licitação com objeto similar em que a Administração “*se tornou refém de empresas, que venceram certames com valores inexecutáveis ou com promessas de se fixarem bases na municipalidade (...)*”, tal justificativa fática, ao sentir deste subscritor, tem o condão de permitir a inserção de exigência ora em debate, uma vez que dá prestígio aos princípios da economicidade, da praticidade e da razoabilidade.

Em que pese a garantia legal da ampla concorrência, já que a Lei das Licitações garante a competitividade no procedimento, não se trata de regra absoluta, que pode ser mitigada para observar os princípios da economicidade.

A restrição da participação de fornecedores de combustíveis apenas com sede na circunscrição do Município se justifica em razão da economia aos cofres públicos, diante da necessidade de deslocamento da frota. Não se trata de exigência desarrazoada. Também não vislumbro violação ao princípio da igualdade, pois, embora a competitividade seja da essência da licitação, ela não é inteiramente livre, de modo que permite a imposição de determinadas regras que visem preservar o interesse público.

Veja-se orientação de Diogenes Gasparini, sobre contratação de serviços de manutenção de veículos em local distante de sua situação, estendendo o raciocínio ao abastecimento de veículos:

*Atente-se que só as exigências inconvenientes ou irrelevantes estão vedadas. Logo, se não tiverem esse caráter, são legítimas, e disso é exemplo a obrigação de os proponentes, prestadores de serviços de manutenção e reparos de veículos, terem suas instalações no interior de certo território. Com efeito, não teria sentido algum que a interessada pelos serviços dessas empresas tivesse de levar seus veículos para os necessários serviços de manutenção e reparos à sua sede, situada muito distante do local onde normalmente eles ficam (garagem). O mesmo se poderia dizer em relação a postos de abastecimento de veículos. Das respectivas licitações só podem participar fornecedores que estejam situados numa proximidade tal da Administração Pública licitante, sob pena de contrariar os princípios do interesse público e da economicidade. (Direito administrativo. - 12. ed. reev. e atual. - São Paulo : Saraiva, 2007. - pp. 486/487)*

Neste mesmo sentido, veja-se o entendimento da jurisprudência pátria:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - LEI Nº 8666/93 - CLÁUSULA DO EDITAL - LIMITAÇÃO TERRITORIAL - VANTAJOSIDADE - RAZOABILIDADE. 1. O processo licitatório tem, como objetivo





17459  
19/07/23

62 Rubrica

proporcionar a realização do negócio mais vantajoso para a administração pública e assegurar, em condições de igualdade, a participação dos administrados nos negócios em que pretende a Administração Pública realizar com particulares. **2. É razoável a cláusula editalícia que restringe o local de abastecimento da frota municipal aos limites territoriais do município licitante. 3. Não viola os princípios da igualdade e da ampla concorrência a limitação territorial que preserva a vantajosidade e a economicidade.** (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0148.15.003065-5/001, Relator(a): Des.(a) Renato Dresch, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/09/2015, publicação da súmula em 01/10/2015)

A possibilidade de se restringir a participação de licitantes sediados a uma distância considerável do município decorre das necessidades e características inerentes ao próprio objeto, com fulcro no art. 6º, IX, c/c o art. 3, § 1º, I, da Lei n. 8.666/1993. Trata-se, entretanto, de situação excepcional, uma vez que a Lei n. 8.666/1993 veda ao administrador o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, sob pena de restrição ao caráter competitivo da licitação.

Como ressaltado pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados o histórico recente de frustrações na prestação do serviço licitado é situação que pode ensejar a aplicabilidade desta situação excepcional, como já reconhecido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Portanto, **verifica-se que a restrição territorial se justifica neste contexto, na medida em que, de fato, a localização geográfica é indispensável à eficiente execução do contrato.** Vale dizer, é razoável a cláusula editalícia que restringe o local dos abastecimentos da frota municipal aos limites territoriais do município licitante, visando a vantajosidade e a economicidade.

Com efeito, entendo que as razões técnicas e fáticas que insurgem no caso concreto posto em análise podem justificar a previsão editalícia restritiva, com fulcro no art. 22 da LINDB, motivo pelo qual não vislumbro ilegalidade no item 16 do Termo de Referência, eis que reflete as dificuldades reais do gestor na busca do melhor interesse público,

Portanto, no entender desta especializada jurídica, não assiste razão à recorrente, devendo ser negado provimento ao recurso.

### III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados** para ciência, manifestação e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347



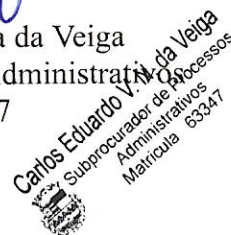
**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 19 de julho de 2023.

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga  
Subprocurador de Processos Administrativos  
Matrícula: 63.347



PROCESSO Nº 17759  
DATA 19/07/23

Assinatura 63 Assinatura 8





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_  
S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

**Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados**

Nova Friburgo, 27 de julho de 2023.

A Comissão de Pregão I

Trata-se o presente Processo Administrativo de pretensa Contratação via Sistema de Registro de Preços - SRP de empresa(s) **especializada(s)** em serviços de manutenção **preventiva e corretiva** de veículos e fornecimento de peças de reposição, componentes e acessórios novos, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos), para veículos de porte leve, médio, pesado e máquinas/tratores pertencentes ao Município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses através do **maior desconto por item e menor preço global por grupo** de acordo com a demanda, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

Após parecer da Douta Procuradoria Geral, as fls 56 - 63, **negando provimento ao recurso**, em consonância aos relatórios da Comissão de Pregão I, as fls 20 - 27 e esta Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, as fls 52 - 55, **encaminho o presente administrativo a Comissão de Pregão I para prosseguimento nos atos licitatórios.**

ALAN FIGUEIRA  
CORREA:115747  
35713

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
de Veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871

Assinado digitalmente por ALAN FIGUEIRA  
CORREA:11574735713  
ID: C-BR; O=ICP-Brasil; OU=AC SOLUTI Multipla v5,  
OU=34644391000107; OU=Presencial; OU=Certificado  
PF A3; CN=ALAN FIGUEIRA CORREA:11574735713  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização  
Data: 2023.07.27 10:55:50-0300  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

De Acordo:

  
Gabriel Costa Wederoschy  
Secretário de Infraestrutura e Logística  
Mat. 62.775